



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1006442-24.2018.8.26.0037**  
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Perdas e Danos**  
 Requerente: **Servtrônica Segurança Eletrônica Ltda.**  
 Requerido: **ABC Material para Construção Araraquara Ltda. ME**

Juiz de Direito: Dr. **João Roberto Casali da Silva**

**Vistos.**

-

**SERVTRÔNICA SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA** ajuizou ação de **COBRANÇA** contra **ABC MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ARARAQUARA**, alegando, em resumo, que as partes firmaram contrato de prestação de serviços de monitoramento eletrônico com locação de alarme, com valor pactuado de R\$ 148,00 mensais, reajustado anualmente, sendo que, em 17.04.2018, o referido serviço foi cancelado por inadimplência da requerida, que deixou de pagar as mensalidades correspondentes aos meses de setembro a novembro/2017, alcançando o débito de R\$ 511,52 (quinhentos e onze reais e cinquenta e dois centavos). Desta forma, pugnou pela procedência da ação e condenação do acionado ao pagamento do referido valor.

Devidamente citada (pág. 34), a acionada deixou transcorrer *in albis* o prazo para apresentação de contestação.

**É o breve relatório.**

**DECIDO.**

O feito comporta julgamento antecipado, nos termos do artigo 355, inciso II, do Código de Processo Civil, eis que a inércia da acionada faz com que se produzam os efeitos da revelia, presumindo-se verdadeiros os fatos afirmados na petição inicial (art. 344, do CPC).



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE ARARAQUARA**  
**FORO DE ARARAQUARA**  
**6ª VARA CÍVEL**  
**RUA DOS LIBANESES, 1998, Araraquara - SP - CEP 14801-425**  
**Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Ademais, logrou a autora demonstrar documentalmente a relação jurídica existente entre as partes, de modo que cabia à acionada a prova do pagamento à autora do valor reclamado, sendo que este, contudo, manteve-se silente, concluindo-se daí o não pagamento.

Isso posto, **JULGO PROCEDENTE** esta ação movida por **SERVTRÔNICA SEGURANÇA ELETRÔNICA LTDA** contra **ABC MATERIAIS DE CONSTRUÇÃO ARARAQUARA**, para condenar a acionada ao pagamento da importância de R\$ 511,52 (quinhentos e onze reais e cinquenta e dois centavos), com correção monetária desde o ajuizamento da ação, pela Tabela do TJSP, e juros legais de 1% ao mês a partir da citação. Dou por extinto este processo, com resolução do mérito, o que faço com fundamento no artigo 487, inciso I, do Código de Processo Civil. Sucumbente, a acionada arcará com a verba honorária, fixada em 10% do valor da condenação. Com o trânsito em julgado, aguarde-se manifestação da parte interessada pelo prazo de 30 dias, sobre o interesse no cumprimento da sentença, devendo observar o que dispõe o Comunicado CG n.º 1.789/2017, especialmente quanto à necessidade de instruir o pedido com os documentos indispensáveis mencionados no Provimento CG n.º 16/2016, quais sejam sentença, acórdão, certidão de trânsito em julgado (se o caso) e documentos pertinentes ao pedido de início da fase executiva, nesta ordem, inclusive, procedendo ao pedido via portal E-SAJ (deverá escolher "Petição Intermediária de 1.º Grau", categoria "Execução de Sentença" e selecionar a classe, conforme o caso: "156 – Cumprimento de Sentença" ou "157 – Cumprimento Provisório de sentença"); após o pedido de cumprimento de sentença, as demais petições NÃO deverão ser protocoladas como cumprimento de sentença, mas endereçadas ao processo de cumprimento de sentença, cabendo à parte consultar o processo principal para tomar conhecimento a respeito da numeração atribuída ao "novo" processo. Decorridos, sem manifestação, certifique-se a inexistência de custas em aberto (artigo 1.098, caput, das NSCGJ), e arquivem-se os autos (por meio do lançamento da movimentação 61614). Para a hipótese de ajuizamento do cumprimento, observe-se o disposto no Comunicado CG n.º 1789/2017, arquivando-se os autos do processo, oportunamente.

**P.R.I.**

Araraquara, 19 de julho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
 CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**